



**1ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

1. Relação de Princípios priorizados no final da Etapa Estadual de Santa Catarina

Ordem de prioridade	Princípios
1	Obrigatoriedade do Estado (União, Estados e Municípios) em destinar percentual orçamentário mínimo à segurança pública com garantia de autonomia administrativa e financeira para todos os órgãos integrantes do sistema de segurança pública.
2	A política nacional de segurança pública deve promover a integração democrática entre órgãos e sociedade com caráter preventivo, conforme a filosofia de polícia comunitária.
3	A segurança pública deve ser tratada como política de estado, voltada à garantia dos direitos fundamentais e do estado democrático de direito.
4	As políticas públicas devem garantir a imparcialidade e qualidade técnica das entidades de segurança pública, respeitadas as competências, evitando-se a superposição de atribuições, sem prejuízo a integração sistêmica dos órgãos.
5	Gestão de segurança pública como política de estado pautada na democracia, na participação social, na garantia de direitos e na promoção da cidadania.
6	As políticas de segurança pública devem contemplar a garantia dos direitos de seus trabalhadores, com salários dignos, formação qualificada e continuada, valorização profissional e otimização das condições de trabalho, garantindo o bem estar físico e mental dos profissionais.
7	A política nacional de segurança pública deve ser pautada na prevenção social dos crimes e da violência, que tenha por alvo a integração da família, da comunidade e da escola, respeitando e garantindo os princípios fundamentais do cidadão.

2. Relação de Diretrizes priorizadas no final da Etapa Estadual de Santa Catarina

Ordem de prioridade	Diretrizes	Informar o número do Eixo Temático relacionado
1	Promover a autonomia da perícia criminal de forma a assegurar uma persecução criminal justa, imparcial e de qualidade técnica, garantindo assim o respeito à dignidade humana e ao princípio da ampla defesa	Eixo 01
2	Instituir a obrigatoriedade do estado (união, estados e municípios) em destinar percentual orçamentário mínimo para a segurança pública com garantia de autonomia administrativa e financeira para todos os órgãos integrantes do sistema de segurança pública	Eixo 02
3	Desmilitarização da polícia militar e bombeiros militares como forma de abrir o diálogo, criando código de ética único, respeitando a hierarquia, a disciplina e os direitos humanos.	Eixo 3
4	Implementar meios de desburocratização do sistema de investigação criminal, buscando celeridade, eficiência e eficácia.	Eixo 04 sl 05
5	Incentivar a implantação de educação integral, através de programas educacionais, culturais, de lazer e esporte, voltados para crianças e adolescentes visando mobilização social, bem como utilizar a concessão pública dos meios de comunicação estimulando uma programação voltada à cultura de paz, afastando os jovens do consumo e do tráfico de drogas.	Eixo 05 sl 06
6	Implementar plano de cargo, carreira e salários, para profissionais do sistema, e aprovação nos termos da PEC 308/04 e PEC 497.	Eixo 06
7	Implementar e fomentar programas e projetos educacionais de prevenção e atendimento a emergências através dos órgãos de segurança pública, nos âmbitos escolar, empresarial e comunitários.	Eixo 07
8	Regulamentação das atribuições constitucionais das guardas municipais.	Eixo 3
9	Estabelecer o ciclo completo para as polícias nas respectivas áreas de atuação.	Eixo 04 sl 05
10	Estabelecer um padrão unificado nacional de remuneração, tendo como referência o maior salário pago no País aos trabalhadores da segurança pública, o qual deverá ser subsidiado pela união	Eixo 3

11	Legitimar os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG's) dando-lhes poder deliberativo sobre gestão financeira, orçamentária e de execução na Segurança Pública dos entes federados.	Eixo 05 sl 06
12	Unificação de todas as polícias e sua militarização.	Eixo 01 sl 01
13	Garantir o acesso, efetivação e a obrigatoriedade de uma rede de serviços públicos de qualidade, nas áreas de saúde, educação, justiça, comunicação, segurança, cultura, esporte, lazer e assistência social, como instrumentos para a prevenção social do crime e das violências, instituindo mecanismos de diálogo, controle social e avaliação permanente.	Eixo 05 sl 03
14	Incluir todas as unidades federativas no pronasci, priorizando as políticas públicas e os programas sociais voltados para os grupos vulneráveis, como meio de combater as desigualdades, garantindo o acesso ao direito.	Eixo 04 sl 04
15	Garantir a transversalidade de noções de Segurança Pública e prevenção social desde a educação infantil até o ensino superior, promovendo a ética, a cultura da paz e a cidadania participativa, à luz dos direitos humanos, entendendo a educação como base da estrutura social.	Eixo 05 sl 03
16	Garantir o acesso á cultura, esporte e lazer, através de parcerias entre comunidade, sociedade civil e agentes de segurança, objetivando o exercício efetivo da cidadania.	Eixo 05 tenda 01
17	Garantir regime especial de trabalho, com uma jornada salutar máxima de 40 horas semanais, não devendo ultrapassar 12 horas contínuas, bem como instituir aposentadoria especial, aos 30 anos de contribuição para homem e 25 para mulher, com integralidade e paridade de remuneração	Eixo 3
18	O estado devera criar e manter centros regionalizados de atenção ao trabalhador, com equipe interdisciplinar, para promover acompanhamento jurídico, medico, assistência social e psicológica, dentre outros, com o objetivo de desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e gerenciamento do estresse ocupacional (inclusive para familiares e profissionais aposentados)	Eixo 3
19	Estabelecer normas, a nível nacional, para proteção e segurança contra-incêndios, acidentes e pânico em edificações.	Eixo 07

20	Estimular o aumento de Escolas em Período Integral (EPI), no Ensino Fundamental, como forma de prevenção à violência.	Eixo 05 sl 03
21	Implantar e monitorar programas educacionais e de capacitação profissional nas instituições prisionais visando geração de renda para presos, bem como promover formas de incentivos a empresas que contratarem egressos do sistema prisional.	Eixo 05 sl 06

3. Relação dos Representantes Eleitos na etapa estadual de Santa Catarina

3.1. Sociedade Civil

1	ALCIDES DE ATAIDE
2	MARIA DO CARMO MEDEIROS
3	JOÃO DE MELLO
4	CESAR NEY ROSA
5	SIGFRIDO MAUS
6	JAIRA TEREZINHA DA SILVA RODRIGUES
7	VILANIR ERACLES DOS SANTOS
8	MARIA GUILHERMINA CUNHA SALASARIO
9	EDDY RIBEIRO DE SOUZA
10	LEANDRO DIAS DA FONSECA
11	EDILEUZA GARCIA FORTUNA
12	MIRIAN ROMONIGA
13	BRUNA SILVEIRA DE SOUZA
14	LEDICLEIDE FERNANDES BEZERRA ROSA
15	VINICIUS LAUFFER DOS SANTOS
16	JOÃO LUIS DE LIMA MOREIRA
17	KELLY APARECIDA DOS SANTOS
18	LUIS CARLOS SCHLINDWEIN
19	ANTONIO CONCEIÇÃO SOBRINHO
20	SALETE SBARDEKATTI
21	ZITA GENOVEVA PEDRINI MAESTRI
22	ARILDO MEZZARI
23	ELIS MARINI WIGGERS
24	GERSON DOS SANTOS
25	GIANCARLO MACHADO LIVRAMENTO
26	FELIPE BELOTTO SANTOS
27	NELI CITATIN ARRUDA

3.2. Trabalhadores

PERITOS OFICIAIS	
	LUCIANO COSTA
	MARGARETE REGINA GOULARTE

	PRAÇA BOMBEIRO MILITAR
	NABEL MARIA DE ANDRADE
	AGENTES POLICIA FEDERAL
	MARCELO MARLON LIMAS
	AGENTES POLICIA CIVIL
	LILIAN CRISTINA SCHULZE
	ARILSON CARLOS NAZARIO
	AGENTE PRISIONAL
	DANIELLE AMORIM SILVA
	JOSÉ GERALDO SCHLISCHTING
	DELEGADO DE POLICIA CIVIL
	ADRIANO KRUL BINI
	ALBER ROSA DE FIGUEIREDO
	GUARDA MUNICIPAL
	JEFERSON SAMUEL SANTOS DE LIMA
	DELEGADO POLICIA FEDERAL
	EDUARDO MAUAT DA SILVA
	POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
	MARCELO NOLASCO
	SHEILA MARIA NEVES MARTINS
	PRAÇA POLICIA MILITAR
	ANA PAULA DA SILVA
	MANOEL JOÃO DA COSTA
	OFICIAL BOMBEIRO MILITAR
	JOSÉ MAURO DA COSTA
	OFICIAL POLICIA MILITAR
	CÉSAR ROBERTO NEDOCHEKTO
	MARCELO MARTINEZ HIPOLITO